

Le Collegium International

Mireille Delmas-Marty, Michael W. Doyle, Stéphane Hessel, Bernard Miyet, Edgar Morin, René Passet, Michel Rocard, Peter Sloterdijk

Prefácio à edição brasileira: Fernando Henrique Cardoso

Coordenação: Sacha Goldman

O mundo não tem mais tempo a perder

Apelo por uma liderança
mundial solidária e
responsável

Tradução de
Clóvis Marques

1ª edição



CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Rio de Janeiro

2014

Imperativo categórico e imperativo absoluto

Peter Sloterdijk

A política e a filosofia hoje, como na época das fundações gregas, têm um forte traço comum: ambas, cada uma à sua maneira, são artes que implicam preocupar-se com o mundo como um Todo. O que vale mais do que qualquer outra coisa na atual situação do nosso planeta. Temos, particularmente neste momento, motivos muito sérios para comparar essa situação com a que prevalecia depois de 1945. Pensando nas catástrofes que tinham atravessado, algumas das maiores mentes desse período falaram de uma era do medo, semelhante à que o poeta americano-britânico W. H. Auden evocara em seu grande poema "Age of Anxiety". Mas também falaram de uma era das reconstruções — que se haviam tornado indispensáveis depois da devastação das guerras mundiais. Por analogia com esses grandes diagnósticos que tiveram importantes consequências, podemos fazer uma dupla constatação sobre nossa época. À sua maneira, ela é igualmente

uma era da angústia — da preocupação global, mas também da desorientação. E ainda podemos ver nela uma era das provocações construtivas e das reviravoltas mais audaciosas contra a ordem habitual das coisas.

No que diz respeito ao aspecto filosófico da arte, que consiste em se preocupar com o mundo em seu conjunto, ou melhor, em se deixar contaminar pelas grandes preocupações do mundo, ele só pode, numa primeira etapa, ter como objetivo a superação do clima de desmoralização que se estabeleceu na existência de inúmeros contemporâneos — uma desmoralização cujas origens estão no angustiante gigantismo dos atuais desafios, na inquietante desproporção entre os fins e os meios da política e na consternadora inconsequência e incoerência do discurso e da ação das classes a cargo das responsabilidades. Se é preciso agir contra a desmoralização, a reflexão filosófica só pode fazê-lo formulando uma linha de ação que forneça uma orientação suficientemente forte, não obstante as confusões pragmáticas.

Gostaria de lembrar aqui que, pelo fim do século XVIII, Immanuel Kant julgava ter encontrado um princípio puramente diretivo desse tipo — ele o expressou no seu famoso imperativo categórico, assim resumido numa de suas formulações: “Aja de tal maneira que a máxima da sua ação possa sempre valer ao mesmo tempo como lei universal.” Ao expor

Imperativo categórico e imperativo absoluto

Peter Sloterdijk

A política e a filosofia hoje, como na época das fundações gregas, têm um forte traço comum: ambas, cada uma à sua maneira, são artes que implicam preocupar-se com o mundo como um Todo. O que vale mais do que qualquer outra coisa na atual situação do nosso planeta. Temos, particularmente neste momento, motivos muito sérios para comparar essa situação com a que prevalecia depois de 1945. Pensando nas catástrofes que tinham atravessado, algumas das maiores mentes desse período falaram de uma era do medo, semelhante à que o poeta americano-britânico W. H. Auden evocara em seu grande poema "Age of Anxiety". Mas também falaram de uma era das reconstruções — que se haviam tornado indispensáveis depois da devastação das guerras mundiais. Por analogia com esses grandes diagnósticos que tiveram importantes consequências, podemos fazer uma dupla constatação sobre nossa época. À sua maneira, ela é igualmente

uma era da angústia — da preocupação global, mas também da desorientação. E ainda podemos ver nela uma era das provocações construtivas e das reviravoltas mais audaciosas contra a ordem habitual das coisas.

No que diz respeito ao aspecto filosófico da arte, que consiste em se preocupar com o mundo em seu conjunto, ou melhor, em se deixar contaminar pelas grandes preocupações do mundo, ele só pode, numa primeira etapa, ter como objetivo a superação do clima de desmoralização que se estabeleceu na existência de inúmeros contemporâneos — uma desmoralização cujas origens estão no angustiante gigantismo dos atuais desafios, na inquietante desproporção entre os fins e os meios da política e na consternadora inconsequência e incoerência do discurso e da ação das classes a cargo das responsabilidades. Se é preciso agir contra a desmoralização, a reflexão filosófica só pode fazê-lo formulando uma linha de ação que forneça uma orientação suficientemente forte, não obstante as confusões pragmáticas.

Gostaria de lembrar aqui que, pelo fim do século XVIII, Immanuel Kant julgava ter encontrado um princípio puramente diretivo desse tipo — ele o expressou no seu famoso imperativo categórico, assim resumido numa de suas formulações: “Aja de tal maneira que a máxima da sua ação possa sempre valer ao mesmo tempo como lei universal.” Ao expor

esse princípio, Kant queria reconciliar o egoísmo dos interesses privados e as exigências do bem comum, ao mesmo tempo possibilitando a coexistência de todas as criaturas racionais no contexto jurídico da sociedade burguesa.

Meio século depois, impressionado com a profunda miséria da classe operária na Europa, Karl Marx modernizava o imperativo categórico liberal para transformá-lo numa tese revolucionária: o dever absoluto de todo homem é eliminar as situações nas quais ele fosse uma criatura pobre, miserável, desprezível, abandonada. Temos o direito de interpretar as sinergias antagônicas do liberalismo e do socialismo nos séculos XIX e XX como a expressão de um esforço comum visando a pôr em prática esse poderoso imperativo.

Uma centena de anos depois, voltamos a nos questionar sobre a boa formulação do princípio ético central: na década de 1970, o filósofo Hans Jonas, assistindo ao agravamento da crise ecológica, atualizou o imperativo categórico orientando-o para o futuro e a política em relação à natureza: “Aja constantemente de maneira que as consequências da sua ação sejam compatíveis com a permanência de uma vida autenticamente humana neste planeta.”¹

1. Hans Jonas, *Le principe responsabilité. Une éthique pour la civilisation technologique* (trad. J. Greisch). Paris: Cerf, 1990 (Collection Passages).

Limitar-me-ei aqui a constatar que essa série de reações do imperativo categórico revela uma crescente dramatização. Kant e Marx ainda são filhos da crença europeia na História: estão impregnados da convicção de que o Homem, criatura histórica, deve fazer o que é moralmente necessário no tempo que lhe é atribuído — contra todas as resistências, que visam a retardar o que é moral e politicamente justo. Num mundo segundo Kant ou Marx, sempre podemos, em princípio, saber com bastante precisão o que é necessário fazer — e, por sinal, podemos esperar que as condições estejam maduras para fazê-lo. Enquanto isso, desfrutamos da certeza de que o que é justo é apenas temporariamente adiado, mas nunca poderá tornar-se inatual.

Para o progressismo clássico, é evidente que é preciso dar tempo ao tempo. Bem outra coisa se dá no caso do novo imperativo redigido por Hans Jonas. No mundo da preocupação ecológica, com efeito, existem prazos que podem ser estabelecidos por processos físicos externos — e, ao contrário do que acontece na história humana, na qual sempre estamos no direito de esperar uma segunda ou uma terceira chance para recuperar o que não foi feito até então, aqui é a lei da irreversibilidade que se aplica.

Permitam-me lembrar um documento redigido recentemente e que exprime a ideia, adaptada ao novo imperativo ecológico, de que o adiamento é inadmis-

sível. No fim de maio de 2011, alguns contemplados com o Prêmio Nobel reuniram-se em Londres para debater a atualização do imperativo ecológico. No fim da reunião, apresentaram o *Memorando de St James' Palace* (nome do lugar onde se reuniram), texto no qual reiteram as reivindicações feitas há décadas de uma nova política climática e uma agenda de medidas em favor da preservação das reservas naturais mundiais. O que chama a atenção nesse documento é seu tom inquietante, a exortação impaciente que nele se expressa: um grupo de eminentes cientistas, que não podem ser acusados de especial inclinação para declarações históricas e exageros apocalípticos, resolveu correr o risco de se dirigir aos dirigentes deste mundo em termos que não podemos deixar de interpretar como um sinal de alarme incondicional. Esse alerta não pode deixar de abalar nem mesmo nossos contemporâneos imunizados contra o alarmismo pelo espírito crítico e que rejeitam toda forma de catastrofismo. Os autores do apelo de Londres não se limitam a reproduzir a lista já bem conhecida das medidas que devem levar a uma Grande Transformação — para usar a linguagem de Edgar Morin: a uma metamorfose da qual pudesse surgir um novo modelo de civilização —, compreendendo a formulação de um tratado universal sobre o clima, a reorientação de toda a civilização para tecnologias sem emissão de carbono e a proteção das florestas tropicais. O que

mais impressiona nesse documento é o fervor com que os cientistas frisam a necessidade de agir *agora*. A palavra-chave nessa mais recente redação do imperativo ecológico é, logicamente, a urgência do agora (*The Urgency of Now*). Ela decorre do fato de que, no universo dos processos irreversíveis, não existe segunda chance. Quando depositamos nossas esperanças no aperfeiçoamento do mundo ao longo da História, sempre temos uma nova manhã diante de nós. Em compensação, quando pretendemos pôr termo à degradação imposta ao mundo pela destruição descontrolada do clima, do meio ambiente e da coesão social, não temos mais um único dia a perder.

Esse movimento para a ação baseada na responsabilidade global só pode dar-se se chegarmos a formular um novo conceito da solidariedade concreta, carregado de implicações universais. Gostaria de procurar esboçar aqui a maneira como seria possível expressar um conceito desse tipo — e de fazê-lo usando os termos de uma imunologia sistêmica geral. A imunologia geral parte do axioma de que a vida é a fase de êxito de um sistema imunitário — o termo “vida”, aqui, não remete apenas aos organismos biológicos, mas também à existência histórica das culturas, dos povos, das instituições. Imunidade designa inicialmente a proteção jurídica desfrutada pelos que exercem funções importantes para a comunidade

— o que frisa o vínculo profundo entre comunidade e imunidade. O sistema do direito romano já entendera que não existia *communio* sem estruturas adaptadas de *immunitas*. Cada sistema imunitário é a encarnação de uma expectativa de ferida, ou uma defesa institucionalizada contra a nocividade. No ser humano, três níveis sincronizados de sistemas imunitários se adicionam: a imunidade biológica protege os organismos individuais contra infestações e feridas típicas; a imunidade social, por sua vez, é garantida por sistemas de solidariedade simples (como a hospitalidade, a ajuda de vizinhança) ou complexos (Estado previdenciário, seguros) e pelo sistema jurídico. Essas instituições exprimem a ideia de que os homens são criaturas que só podem prosperar no elemento do apoio mútuo e unicamente sob a proteção de leis que impeçam a injustiça.

A essas formas de ordem somam-se, na maioria das culturas, sistemas imunitários simbólicos ou ritualísticos, convencionalmente designados na Europa pelo nome de “religiões”: elas proporcionam aos homens palavras e atitudes que os ajudam a superar os momentos de desorientação e desespero. Os sistemas imunitários simbólicos compensam a morte e garantem a transmissão das normas comuns na sucessão das gerações.

Os sistemas solidários e imunitários dos tipos jurídico e religioso visivelmente ultrapassam o horizonte

O MUNDO NÃO TEM MAIS TEMPO A PERDER

do egoísmo organísmico. Também estabelecem, como todas as estruturas imunitárias, a distinção entre o que lhes é próprio e o que lhes é estranho, mas com a nuance de que não definem o "próprio" de uma maneira puramente biológica, mas cultural: seja como povo ou grupo de povos, ou como comunidade e sucessão de gerações no interior dessa mesma comunidade. Nesse nível, portanto, a imunidade sempre implica um forte elemento de altruísmo cultural. Na medida em que aprendem a se comportar como atores de sua cultura, os indivíduos rechaçam as vantagens privadas para trabalhar pela vantagem do grupo de grande tamanho. Para se afirmar na onda do tempo, as culturas e os povos devem levar os indivíduos a entender que sua imunidade privada só pode ser garantida no contexto de uma coimunidade social eficiente. Em consequência, a coimunidade é a palavra-chave para compreender as histórias políticas e sociais bem-sucedidas. Ela permite entender de que maneira os homens podem, de maneira geral, cooperar no seio de grupos de um certo tamanho. O cálculo coimunitário explica o sacrifício de algo num nível inferior em proveito de algo num nível superior.

É sobre esse princípio que repousam os sacrifícios e os impostos, as boas maneiras e os serviços, as ascetes e as virtuosidades.

A atual situação do mundo caracteriza-se pela ausência de oferta de coimunidade eficiente aos membros

da “comunidade mundial”. No nível mais alto, não existe sistema solidário convincente do ponto de vista operacional, mas apenas uma guerra clássica entre grupos de pressão — o que nem mesmo a existência de uma instituição como a ONU e de outros fóruns globais pode alterar provisoriamente. As unidades eficientes de comunidade encontram-se sempre, hoje como ontem, em formatos restritos: são familiares, tribais e nacionais. Mesmo os atuais impérios continuam obedecendo à lei da exclusividade, na medida em que ainda estabelecem uma diferença entre o que lhes é próprio e o que lhes é estranho. Nessa situação reina a competição habitual — ou a guerra de todos contra todos. Os subsistemas fragmentários obedecem, em sua rivalidade, a uma lógica inexorável que regularmente transforma os ganhos imunitários de uns em perdas imunitárias de outros. Cada sistema fragmentário procura safar-se como pode, enquanto o conjunto permanece exposto, sem proteção, à pilhagem dos combatentes.

A deriva catastrófica dos processos globais exige hoje uma reflexão sobre a criação de uma unidade de solidariedade global, suficientemente forte para servir de sistema imunitário ao Todo desprovido de defesa — esse Todo não protegido que chamamos de Natureza, Terra, atmosfera, biosfera, antroposfera. O imperativo categórico atualizado por Hans Jonas deve então ser

O MUNDO NÃO TEM MAIS TEMPO A PERDER

levado ainda mais longe. A máxima da ação, em nossa época, deve ser a seguinte:

Aja de tal maneira que as consequências da sua ação favoreçam, ou pelo menos não entrem, o advento de um sistema de solidariedade global. Aja de tal maneira que a prática da pilhagem e da externalização em vigor até agora possa ser substituída por um *ethos* da proteção global. Aja de tal maneira que as consequências da sua ação não gerem novas perdas de tempo na negociação dessa virada já agora indispensável no interesse de todos.

da “comunidade mundial”. No nível mais alto, não existe sistema solidário convincente do ponto de vista operacional, mas apenas uma guerra clássica entre grupos de pressão — o que nem mesmo a existência de uma instituição como a ONU e de outros fóruns globais pode alterar provisoriamente. As unidades eficientes de comunidade encontram-se sempre, hoje como ontem, em formatos restritos: são familiares, tribais e nacionais. Mesmo os atuais impérios continuam obedecendo à lei da exclusividade, na medida em que ainda estabelecem uma diferença entre o que lhes é próprio e o que lhes é estranho. Nessa situação reina a competição habitual — ou a guerra de todos contra todos. Os subsistemas fragmentários obedecem, em sua rivalidade, a uma lógica inexorável que regularmente transforma os ganhos imunitários de uns em perdas imunitárias de outros. Cada sistema fragmentário procura safar-se como pode, enquanto o conjunto permanece exposto, sem proteção, à pilhagem dos combatentes.

A deriva catastrófica dos processos globais exige hoje uma reflexão sobre a criação de uma unidade de solidariedade global, suficientemente forte para servir de sistema imunitário ao Todo desprovido de defesa — esse Todo não protegido que chamamos de Natureza, Terra, atmosfera, biosfera, antroposfera. O imperativo categórico atualizado por Hans Jonas deve então ser

O MUNDO NÃO TEM MAIS TEMPO A PERDER

levado ainda mais longe. A máxima da ação, em nossa época, deve ser a seguinte:

Aja de tal maneira que as consequências da sua ação favoreçam, ou pelo menos não entrem, o advento de um sistema de solidariedade global. Aja de tal maneira que a prática da pilhagem e da externalização em vigor até agora possa ser substituída por um *ethos* da proteção global. Aja de tal maneira que as consequências da sua ação não gerem novas perdas de tempo na negociação dessa virada já agora indispensável no interesse de todos.

da “comunidade mundial”. No nível mais alto, não existe sistema solidário convincente do ponto de vista operacional, mas apenas uma guerra clássica entre grupos de pressão — o que nem mesmo a existência de uma instituição como a ONU e de outros fóruns globais pode alterar provisoriamente. As unidades eficientes de coimunidade encontram-se sempre, hoje como ontem, em formatos restritos: são familiares, tribais e nacionais. Mesmo os atuais impérios continuam obedecendo à lei da exclusividade, na medida em que ainda estabelecem uma diferença entre o que lhes é próprio e o que lhes é estranho. Nessa situação reina a competição habitual — ou a guerra de todos contra todos. Os subsistemas fragmentários obedecem, em sua rivalidade, a uma lógica inexorável que regularmente transforma os ganhos imunitários de uns em perdas imunitárias de outros. Cada sistema fragmentário procura safar-se como pode, enquanto o conjunto permanece exposto, sem proteção, à pilhagem dos combatentes.

A deriva catastrófica dos processos globais exige hoje uma reflexão sobre a criação de uma unidade de solidariedade global, suficientemente forte para servir de sistema imunitário ao Todo desprovido de defesa — esse Todo não protegido que chamamos de Natureza, Terra, atmosfera, biosfera, antroposfera. O imperativo categórico atualizado por Hans Jonas deve então ser

O MUNDO NÃO TEM MAIS TEMPO A PERDER

levado ainda mais longe. A máxima da ação, em nossa época, deve ser a seguinte:

Aja de tal maneira que as consequências da sua ação favoreçam, ou pelo menos não entrem, o advento de um sistema de solidariedade global. Aja de tal maneira que a prática da pilhagem e da externalização em vigor até agora possa ser substituída por um *ethos* da proteção global. Aja de tal maneira que as consequências da sua ação não gerem novas perdas de tempo na negociação dessa virada já agora indispensável no interesse de todos.